



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VIII - Nº 3167 11/08/2025

SINTSEF-CE REALIZA REUNIÃO EM MORADA NOVA COM FILIADOS DO DNOCS E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE



Na manhã desta segunda-feira (11), a Direção Colegiada do Sintsef-CE, acompanhada da Coordenação da Delegacia Sindical do Vale do Jaguaribe, participou de uma reunião com filiados(as), do município de Morada Nova, do DNOCS e do Ministério da Saúde. O encontro teve como objetivo dialogar diretamente com a base, esclarecer dúvidas e reforçar o compromisso do sindicato com as pautas específicas de cada órgão.

Para os(as) servidores(as) do DNOCS, os temas tratados incluíram a VPNI, a urgente necessidade de realização de um novo concurso público e a grave situação de enfraquecimento do quadro de pessoal. Esse quadro se agrava com o processo recente de centralização dos servidores administrativos (Administradores, Contadores e Técnicos de Nível Superior) para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), medida prevista no Art. 214 da Lei nº 15.141/2025 do Ofício nº 280/2025, expedido em 20 de maio de 2025 pelo MGI e pela Casa Civil. A comunicação interna aos servidores reforçou que, mesmo com um quadro já reduzido, a retirada de profissionais tende a intensificar ainda mais a crise que o órgão enfrenta na prestação de seus serviços.

Já no diálogo com os(as) filiados(as) do Ministério da Saúde, a pauta girou em torno da GACEN e dos encaminhamentos das discussões sobre a situação dos intoxicados da ex-Sucam. Foram repassadas as últimas atualizações sobre as negociações, bem como o que foi discutido no último dia 10/07 em visita do Sintsef-CE ao órgão em Brasília, e as ações que estão sendo articuladas para atender às reivindicações desse segmento.

GOVERNO FEDERAL SANCIONA NOVO LICENCIAMENTO AMBIENTAL COM 63 VETOS, NA ÚLTIMA SEXTA-FEIRA 08/08

Com 63 vetos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na última sexta-feira (8) a Lei 15.190/25, com regras gerais para o licenciamento ambiental. Serão enviados ao Congresso Nacional um projeto de lei com urgência constitucional para suprir eventuais lacunas deixadas pelos vetos e uma medida provisória que determina a eficácia imediata da Licença Ambiental Especial (LAE).

Segundo o governo, os vetos foram necessários para garantir a integridade do licenciamento ambiental, segurança jurídica, proteção aos povos indígenas e comunidades quilombolas, e preservar o meio ambiente frente à crise climática.

Pontos mais relevantes vetados:

- Licença por Adesão e Compromisso (LAC) restrita apenas a empreendimentos de baixo potencial poluidor, evitando sua aplicação a atividades de médio impacto que não seriam objeto de análise técnica adequada;
- Manutenção da padronização nacional dos critérios de licenciamento, barrando o repasse irrestrito de competências a estados e municípios, que poderia provocar uma "guerra ambiental" por flexibilização normativa;
- Preservação do regime especial de proteção à Mata Atlântica, impedindo sua supressão, garantindo que o bioma continue protegido;
- Garantia de participação de povos indígenas e quilombolas nos processos de licenciamento ambiental;

Ambientalistas x Governo Federal

Alguns ambientalistas defendem veto integral ao PL, argumentando que o texto original representa retrocessos significativos. Vale lembrar que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou no último dia 08/08 a importância dos ajustes na nova Lei para que o Brasil chegue nas metas ambientais e climáticas já anunciadas.



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos
Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

#EMDEFESADAVIDA #EMDEFESADOSERVIÇOPÚBLICO